Tribunal de Contas do Estado do Pará
ACÓRDÃO N.º 57.538
(Processo n.º 2006/51212-5)

Assunto: Tomada de Contas Especial referente à concessão de Suprimento de Fundo da Secretaria de Estado de Educação pelo período de 10/04/2001 a 10/05/2001

Responsável/Interessado: RAIMUNDO CÉLIO VIANA DE CARVALHO

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

Impedimento: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (art. 178 do RITCE-PA)

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. OMISSÃO DO DEVER DE PRESTAR CONTAS. DÉBITO.

A omissão do dever de prestar contas induz a presunção *juris tantum* de dano ao erário e, por conseguinte, impõe a recomposição do patrimônio público.

Relatório do Exmo. Sr. Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA:
Processo n.º 2006/51212-5.

Versam os presentes autos sobre Tomada de Contas Especial - TCE instaurada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – Seduc, em desfavor de Raimundo Célio Viana de Carvalho, em razão da ausência de prestação de contas de suprimento de fundos, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) que deveria ter sido utilizado para o pagamento de despesa de pessoal, no período de 10 de abril a 10 de maio de 2001 (fl. 3).

Dentre a documentação coligida na fase interna da TCE importa destacar: cópia da ordem bancária (fl. 5), declaração do servidor atestando recebimento da quantia (fl. 6), comunicação da Seduc, com ciência do servidor, informando-lhe a frustração das medidas administrativas para o saneamento da irregularidade (fl. 7) e relatório do tomador das contas (fl. 10).

Inicialmente, o então Departamento de Controle Externo – DCE (fl. 29) sugeriu a autuação do expediente de forma individualizada, nos termos regimentais, para que fosse oportunizado o exercício do contraditório ao interessado.

A Consultoria Jurídica deste Tribunal (fls. 32/36) opinou pelo recebimento do feito como Tomada de Contas Especial, com adoção subsidiária das normas procedimentais do Tribunal de Contas da União, com suporte no art. 88 da Lei Complementar Estadual n. 12/93, então vigente.

Às fls. 50/52, o Ministério Público de Contas – MPC requereu a realização de diligência para juntada aos autos de informação acerca da prestação de contas da Seduc, referente ao exercício de 2001.

Na Sequência (fls. 54/55), juntou-se informação da unidade técnica, na qual atestou que as referidas contas da Seduc já haviam sido julgadas regulares, em conformidade com o v. Acórdão n. 33.496, de 4.2.2003.

O MPC (fl. 57), em 23.7.2009, requereu o retorno dos autos à Secretaria deste

Tribunal de Contas do Estado do Pará

Tribunal, para que fosse esclarecido se o ato normativo relativo ao procedimento da Tomada de Contas Especial já tinha sido expedido por esta Corte de Contas, nos termos da Resolução TCE/PA n. 17.235, de 14.9.2006.

Em resposta, a Secretaria (fl. 59), em 23.7.2009, esclareceu que o ato normativo relativo à formalização, tramitação e julgamento do TCE ainda não havia sido apreciado pelo Plenário desta Corte de Contas.

À fl. 61, o Órgão Ministerial, em 9.3.2010, solicitou o retorno dos autos a Secretaria para que fosse esclarecido qual o procedimento definido por esta Corte de Contas para os casos de Tomada de Contas em situação análoga à constante nos autos.

Em 9.4.2015, a Secretaria de Controle Externo – Secex (fl. 65), em atendimento à solicitação da Secretaria Geral manifestou-se pelo prosseguimento da tramitação do processo, nos termos do art. 2º da Resolução n. 17.235, de 14.9.2006.

Em seguida, o MPC (fl. 68), em 19.6.2015, pugnou pelo prosseguimento do feito.

Em 6.8.2015, os autos foram redistribuídos a este Relator, em consonância com o disposto na Portaria n. 29.220, de 6.2.2015.

Em relatório conclusivo, a Secex (fls. 75/76) manifestou-se pela irregularidade das contas, com glosa e aplicação de multa pelo débito.

Oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa (fls. 82/92), o interessado manteve-se silente.

Por fim, o *Parquet* de Contas (fls. 96/97, frente e verso) opinou pela irregularidade das contas, com devolução do montante apurado na fase interna e aplicação das multas previstas nos arts. 73 e 74, incisos II e VIII, da Lei Complementar n. 12/1993.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO:

De início, verifica-se que a Secretaria de Estado de Educação – Seduc, ao promover a instauração da presente tomada de contas especial, agiu corretamente no sentido de apurar a autoria e a materialidade da irregularidade no uso de suprimento de fundos, na linha do que dispõe o art. 78 da Lei n. 4.320/1964.

Nesse sentido, observa-se que o fato que ensejou a instauração da tomada de contas especial foi a ausência de prestação de contas de suprimento de fundos, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), concedido ao então servidor Raimundo Célio Viana de Carvalho, para ser utilizado para o custeio de despesas de pessoal, no período de 10 de abril a 10 de maio de 2001 (fl. 3).

Consta, à fl. 7, comunicação emitida pela Seduc, em 13.7.2001, e recebida pelo interessado, em 19.7.2001, na qual aquela Secretaria informou o esgotamento das medidas administrativas para o saneamento da irregularidade em questão, porém não obteve resposta (fl. 8).

De igual modo, foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa na fase externa da tomada de contas especial perante este Tribunal (fls. 83/92), contudo o responsável não apresentou defesa.

Nesse contexto, a omissão do dever de prestar contas, conjugada à inércia do responsável em suprir a falha, faz presumir o dano ao erário e, por conseguinte, torna exigível o ressarcimento da respectiva quantia.

Destarte, considerando que não se vislumbra, *in casu*, falha que comprometa o devido processo legal e que a irregularidade, o dano e a autoria foram devidamente caracterizados, a oposição de irregularidade às contas, com glosa, é medida que se impõe, em deferência às normas que norteiam o regime jurídico-administrativo brasileiro.

Por fim, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de sanção ao

Tribunal de Contas do Estado do Pará

interessado, porquanto a pretensão punitiva deste Corte de Contas restou fulminada pela prescrição, haja vista que decorridos mais de 10 (dez) anos entre a autuação do processo, que ocorreu em 9.5.2006 (capa), e a citação válida, que se deu na data de 20.3.2018 (fl. 92).

Ante o exposto, proponho que as presentes contas de responsabilidade de Raimundo Célio Viana de Carvalho sejam julgadas irregulares, condenando-o à devolução do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), acrescido dos consectários legais, nos termos do art. 56, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 81/2012 (LOTCE/PA), c/c art. 158, inciso III, alínea “a”, do RITCE/PA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “a”, c/c o art. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. RAIMUNDO CÉLIO VIANA DE CARVALHO, CPF n.º 264.289.622-68, ocupante, à época, do cargo de Assessor na Secretaria Executiva de Educação do Pará, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), devidamente atualizada a partir de 11/04/2001 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 15 de maio de 2018.

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Presidente em exercício

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Formalizador da decisão

Presentes à sessão os Conselheiros: CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ODILON INÁCIO TEIXEIRA

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas: Silaine Karine Vendramin
RK/0101437